



© Abhijith Dey

florestas e
biodiversidade
& soberania
alimentar

pela terra que nos alimenta

experiências de luta e suas vitórias paea seguir cosntruindo
soberania alimentar advinda da diversidade dos territóttios

março 2011

pela terra que nos alimenta

experiências de luta e suas vitórias paea seguir cosntruindo soberania alimentar
advinda da diversidade dos territóios

março 2011

Somos uma federação de organizações ambientalistas de base diversas e com mais de dois milhões de membros e seguidores em todo o mundo. Questionamos o modelo dominante de globalização econômica e empresarial e promovemos soluções que contribuem para gerar sociedades ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. Te convidamos a somar-te ao movimento mundial pela mudança, visite-nos por favor, para informar-te sobre como pode participar.

Amigos da Terra tem grupos na: África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bangladesh, Bélgica, Bélgica Flamenca, Bolívia, Brasil, Camarões, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Croácia, Curaçau, Dinamarca, El Salvador, Escócia, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Filipinas, Finlândia, França, Geórgia, Gana, Granada, Guatemala, Haiti, Holanda, Honduras, Hungria, Indonésia, Inglaterra Gales e Irlanda do Norte, Irlanda, Itália, Japão, Letônia, Libéria, Lituânia, Luxemburgo, Macedônia, Malásia, Malawi, Mali, Malta, Marucício, México, Moçambique, Nepal, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, palestina, Papua Nova Guiné, Paraguai, Perú, Polônia, República Checa, Serra Leoa, Sri Lanka, Swazilândia, Suécia, Suíça, Tanzânia, Timor Leste, Togo, Túnis, Ucrânia, Uganda e Uruguai.

Sobre essa publicação:

Coordenação de Programas: Martín DRago, REDES - Amigos da Terra Uruguai; Isaac Rojas, COECO-CEIBA - Amigos da Terra Costa Rica.

Edição: Cláudia Jerónimo, CEIBA - Amigos da Terra Guatemala; Eduardo Sánchez, Amigos da Terra Argentina.

Tradução e correção de estilo: Clarissa Trois Abreu. NAT - Amigos da Terra Brasil.

Desenho e ilustração: Natália Salvático, Amigos da Terra Argentina.

Amigos da Terra
Secretariado Internacional

P.O. Box 19199
1000 GD Amsterdam
Pays-Bas / The Netherlands

Tel: 31 20 622 1369
Fax: 31 20 639 2181
www.foei.org

Agradecemos o apoio de Oxfam-Novib

sumário

pela terra que nos alimenta

experiências de luta e suas vitórias paea seguir cosntruindo soberania alimentar
advinda da diversidade dos territóios

sumário	3
introdução à publicação	4
introdução desde os programas	6
territórios	8
Nigéria – As florestas como ligação entre a diversidade humana e biológica	10
por Rita Osarogiagbon - ERA- AT Nigéria	
Uganda - projeto BIDCO: Prosperidade ou aceleração da pobreza em Kalangala	12
por David Kureeba - NAPE - Associação Nacional de Profissionais Ambientais - AT Uganda	
Indonésia – conservação com base comunitária	14
por Berry Nahdian Forqan e Ade Fadli – WALHI - AT Indonésia	
Argentina – “Sempre tem algo para comer e para vender”	16
por Eduardo Sánchez - AT Argentina	
Colômbia - a resistência: uma história que baixa do páramo e se converte em rios de alimento	18
artigo elaborado a partir de escritos de María Stella Sandoval - CENSAT-AT Colômbia	
Costa Rica - experiência de manejo comunitário de floresta e agricultura campesina	20
por Mariana Porras - COECO Ceiba - AT Costa Rica	
El Salvador - os Cuzcatlecos, um exemplo de trabalho e luta pela conservação de nossas sementes crioulas	22
por Sílvia Quiroa – CESTA - AT El Salvador	
Estados Unidos da América – dar uma oportunidade aos consumidores	24
por Eric Hoffman e Kate McMahon – AT Estados Unidos	
Guatemala - entrevista com Florinda Ramírez, do Rancho “Por Vir”, en Cuilco	26
por Claudia Jerónimo – CEIBA - AT Guatemala	
Suíça - A iniciativa popular para o uso sustentável da terra	28
por Bertrand Sansonnens, em colaboração com Marcus Ulber e Marcel Liner	
Conclusões	30

introdução à publicação

Comunidades originais, camponeses e populações urbanas, que habitamos distintas partes do planeta e vivemos segundo costumes próprios, herdados, adquiridos ou impostos. Assim como são distintos nossos modos de vida, também o são nossas formas de obter os alimentos que consumimos diariamente, o que também determina nossa cultura e identidade, a maneira que concebemos a natureza e nosso vínculo com a mãe terra.

Estas relações também definem nossa convivência com as distintas formas de vida que nos rodeiam ao que chamamos Biodiversidade. É por isso que existem comunidades indígenas, camponesas e de pescadores que recorrem a fontes de alimentos naturais variados, que provêm da floresta, da selva, do rio, do mar, da lagoa, etc., vivendo em harmonia com esses ambientes desde que os elegeram para estabelecer-se.

Também podemos pensar em comunidades indígena-camponesas que obtêm seus alimentos do horto e da granja familiar ou comunitária, conservando tradições centenárias para aproveitar e preservar o entorno próprio ou acerca. Existem as populações rurais-urbanas que mantêm uma estreita relação com homens e mulheres do campo, quem lhes provê de alimentos mediante um exercício de fortalecimento da economia local e comunitária.

Entretanto também se dá que uma grande parte da população habita as grandes cidades e recorre às gondolas dos supermercados de empresas multinacionais que, a pesar de estar distante de serem produtoras de alimentos, também participam do abastecimento alimentar de grande parte da população mundial, contudo de um modo que exclui e torna invisível o trabalho de milhares de trabalhadoras e trabalhadores do campo e suas relações com a biodiversidade, impondo modelos de produção que pouco tem que ver com o uso sustentável dos bens comuns ou o fortalecimento das economias locais. As idéias sobre o trabalho camponês e a produção de alimentos muitas vezes estão distorcidas, aparecendo o campo e a biodiversidade somente como espécies em perigo de extinção ou destinos emocionantes para ir de férias. A desconexão com respeito à própria identidade cultural, social e culinária predispõe a aceitar que a “produção” de minerais e a destruição de nossas fontes de vida são normais e necessárias para o “desenvolvimento”, deixando esquecida a necessidade de produzir alimentos de maneira sustentável.

Quantas vezes temos nos perguntado de onde provêm os alimentos que consumimos diariamente? Conhecemos as sementes e os lugares onde estas plantas podem frutificar? Temos nos perguntado se realmente temos plena decisão a respeito ao tipo de alimentos que vamos comer? Ou melhor os preparamos e consumimos como nos tem imposto o mercado? Seguramente as respostas de um membro de uma comunidade indígena não serão as mesmas que as de um camponês, e muito menos que as de um habitante da grande cidade. E que é por isso que nós estamos convidando a fazermos estas

perguntas novamente: porque imaginamos que a busca destas respostas nos permitirá revisar quais são nossas próprias formas e conhecer que existem outras maneiras possíveis.

Estamos convencidos de que se os modos de obter alimentos se baseiam em respeitar os ciclos naturais e as capacidades dos ecossistemas, em promover as produções locais e respeitar saberes ancestrais, estaremos em melhores condições para cobrir em quantidade, qualidade e variedade nossas dietas diárias, fortalecendo a produção e o consumo locais, para assim viver harmonicamente com as pessoas e com o meio que nos rodeia e nos contém. Em definitivo, estaremos exercendo nosso direito à soberania alimentar, respeitando a diversidade biológica dos ecossistemas e promovendo a diversidade cultural dos povos.

Consideramos que é urgente promover uma educação que valorize nossas formas culturais ancestrais e que nos permita aceitarmos como parte de um mundo biológico e culturalmente diverso. Por isso queremos compartilhar algumas destas respostas, alguns destes saberes, outras formas de organização que comunidades de distintas partes do planeta praticam de maneira exitosa e onde o papel das mulheres, dos homens e das autoridades comunitárias comprometidas com a mãe terra, a biodiversidade, as pessoas e os povos é fundamental para sua permanência e êxito. Também, suas dificuldades, suas limitações e sua busca incessante de soluções aos problemas que o sistema socioeconômico dominante nos apresenta dia a dia, o que também constitui um estímulo para continuar e fortalecer o trabalho e as lutas empreendidas.

Sabemos que estamos percorrendo juntos e juntas distintos caminhos que nos haverá muitos espaços para o encontro, pelo qual compartilharemos estas experiências, que nos permitirá reconhecer-nos e reconhecer que o trecho que falta percorrer é longo, mas que está cheio de oportunidades para fazer conjuntamente.

Página seguinte: “Alimento são para todos” Escola da Memória, Via Campesina, Argentina.



introdução desde os programas

“Trabalhamos para manter os direitos das comunidades locais de administrar os recursos florestais e assegurar-lhes uma vida sustentável.”

Programa de Florestas e Biodiversidade

“Ajudamos a construir a soberania alimentar dos povos com base em soluções locais, diversas, ecológicas e soberanas.”

Programa de Soberania Alimentar



Empreender um trabalho em conjunto sempre é um grande desafio e muitas vezes pode ser algo apaixonante. Nesta oportunidade, ambas as coisas se sucederam.

Propusemo-nos a concretizar uma publicação escrita com o objeto de valorizar, socializar e fortalecer o vínculo Biodiversidade e Soberania Alimentar, partindo do trabalho que os grupos membro de Amigos da Terra Internacional vêm levando a diante conjuntamente com organizações de base, e foi assim que os convocamos a compartilhar suas experiências, suas lutas e seus logros. O resultado é aqui apresentado, que hoje nos convida a descobrir que está sucedendo em algumas partes do mundo, como estamos enfrentando realidades adversas, quais são nossas vitórias e quais estão a caminho.

Ao percorrer esta publicação será possível apreciar a diversidade nos enfoques de cada grupo e as formas de organizar-se e lutar nos territórios. Este ponto, para nós tem um significado especial, porque nos leva a refletir que partimos de realidades diferentes e contamos com distintas capacidades, com o qual uma vez mais reafirmamos que a diversidade nos une. Estamos convencidos de que o fortalecimento de nossos Programas e Campanhas deve dar-se desde a articulação do diverso para potencializar mudanças possíveis, e que propostas como esta podem motivar aos demais grupos a somar-se a outras ações conjuntas.

Vários são os objetivos que persegue esta publicação, desde dar mais visibilidade ao papel das campesinas, campesinos, povos indígenas e jovens no melhoramento, uso, conservação e defesa da biodiversidade, até ressaltar o papel estratégico que desempenham as práticas de agricultura campesina/urbana agroecológica e familiar na defesa do território e na resistência ao avanço dos monocultivos e outras indústrias extrativas. Por outro lado, queremos valorizar a relação alimentação-semente-biodiversidade, estimulando as famílias e comunidades a continuar aportando à proteção da vida, da terra, dos bens comuns e do conhecimento ancestral, e a seguir construindo soberania alimentar a partir de sua relação com as diversidades de seus territórios. Como fica demonstrado em várias das experiências apresentadas, também queremos refletir e ressaltar o papel que as mulheres têm desempenhado e desempenham desde seu aporte cotidiano.

Os testemunhos que as comunidades e movimentos aportaram permitirão que nossa resistência siga firme contra todo mecanismo de apropriação dos bens essenciais para a soberania alimentar e a biodiversidade, aumentando a consciência e o apreço pelas sementes nativas e a diversidade dos povos.

Concretizamos um grande desafio: que a palavra siga circulando.





“Apesar de estar longe de um sistema alimentar saudável e justo, nos EUA o público está começando a despertar diante dos perigos da agricultura industrial e a apoiar aos seus granjeiros e sistemas alimentares locais”

“Temos um banco de sementes. Se um não quer a semente, a perde. Se uma trabalha com a parcela de terra, não se perde a semente, as plantas, os costumes...”

“Temos aprendido a proteger e conservar o meio ambiente. Se eu não protejo meu meio ambiente, minha terra, minha parcela não me dará os frutos que eu espero, e isso é diversificá-la, colocar barreiras vivas”

“É de suma importância que se reconheça o direito comunitário que têm as comunidades sobre as florestas, já que graças a elas se tem realizado um uso sustentável destas áreas, integrando-las a suas estratégias de melhoria de sua qualidade de vida e definindo as regras para sua proteção e uso”

“Aprenda a falar com os demais, tem que vender na feira e é necessário contar o que fazes e como; a mim me dava medo falar. Aprende a manejar dinheiro; sobretudo as mulheres, que ficavam em suas casas e agora vão nas feiras vender, Rompe assim tua rotina diária”

“Foi possibilitada as trocas entre famílias de zonas altas e baixas. Isto permitia dimensionar a riqueza natural local, e a necessidade de fortalecer aliança com mais camponeses. Durante dois anos se organizou este mercado, o que ajudou a definição de critérios e estratégias”

“Se trata absolutamente da preservação da diversidade natural e cultural, fazendo valer uma economia e um estilo de vida baseados na comunidade e ambientalmente amigáveis.”

“As mulheres jogam papéis vitais na proteção das florestas e no manejo de seus recursos. Como cuidadoras, elas estão envolvidas no fazer diários de seus lugares, nos cultivos de subsistência, na coleta de madeira para combustível e de ervas medicinais”

“Se faz necessário que a sociedade civil, o Governo e outros interessados sensibilizem às comunidades locais, em algumas das áreas objetivo, sobre os perigos da palma azeiteira, já que o caso de Kalangala pode vívida evidência disto. É importante notar que este projeto não aliviam a pobreza, se não que a acelera, piorando as condições de vida das pessoas.”

“As comunidades indígenas/locais têm estabelecido uma cultura de manejo dos recursos biológicos intra e intergeracional. Várias culturas e a ordem local se contruíram como uma experiência empírica na interação comunitária com a vida natural”

Nigéria

as florestas como ligação entre a diversidade humana e biológica

por Rita Osarogiagbon¹ - ERA-Amigos da Terra Nigéria

Os camponeses e as comunidades indígenas são os defensores das florestas, da comida, da agricultura, da água, da biodiversidade e do ambiente. Historicamente, eles são em parte donos tradicionais das florestas e seus recursos, mas desafortunadamente seu papel raras vezes é reconhecido na formulação de políticas de governança comunitária da floresta. Eles têm dependido deste ecossistema para sobreviver, e resultam ser os mais afetados quando o Governo premia estas terras comunitárias a indivíduos e companhias transnacionais. Usualmente silenciado em obscuros negócios, isso provoca distorções sociais e culturais, fome e enfermidades. Este modo de agir nunca trouxe desenvolvimento, se não empobrecimento aos moradores indígenas, especialmente às mulheres, os jovens e as crianças.

Por exemplo, a aquisição de mais de 3.500 hectares da reserva florestal de Iguobazuwa no estado de Edo para plantações de borracha pela gigante francesa Michelin, sob um contrato de arrendamento de 25 anos, tem incrementado a perda de recursos alimentícios, a fome, a desnutrição, a pobreza e a migração forçada. As práticas madeireiras insustentáveis, tanto por parte de contratantes registrados como anônimos, a conversão de florestas em plantações por companhias multinacionais, os incêndios florestais como resultado de derrames de petróleo nas instalações continuam sendo os maiores desafios a proteção de ecossistemas e da soberania alimentar.

As mulheres têm um papel vital na proteção das florestas e no manejo de seus recursos. Como cuidadoras, elas estão envolvidas no fazer diário de suas localidades, nos cultivos de subsistência, a coleta de madeira para combustíveis e de ervas medicinais. Desafortunadamente, as modernas políticas de floresta e as leis desconhecem esta realidade e são evidentemente tendenciosas contra elas. Por exemplo, há inequidade de gênero no acesso a terra, o que é crítico para o uso de seus recursos. Tanto as leis modernas como as tradicionais tendem a ser interpretadas em favor da posse e controle masculinos. Em alguns casos, inclusive se proíbe as mulheres de adquirir terra sem o consentimento de seus maridos.

“Meus filhos se estão formando na escola. Eu costumava produzir mandioca em grande escala, que as pessoas vinham comprar. Quando Michelin veio com suas diabólicas escavadeiras... desmaiei, não havia ninguém ali para ajudar-me. Quando recobrei a consciência, me encontrei atirada no chão. Ai comecei a chorar. Era como se não houvesse mais razões para seguir vivendo. Agora, sem terra, sem granja, sem comida”, disse Victoria Odogbee, de Aifesoba.

Os estudos demonstram que quando a temática de gênero é considerada no manejo florestal sustentável, melhora a efetividade das políticas, se incrementa a soberania alimentar, decrescem os potenciais conflitos entre quem usa a floresta, e as mulheres têm acesso igualitário a terra. A indústria florestal

no sul da Nigéria é particularmente ativa, mas as mulheres raras vezes são contratadas para os empregos disponíveis, devido a sua classificação como profissão de risco.

A África continua sendo o continente mais impactado pela crise climática. Permitir aos países ricos continuar contaminando no norte, e vir ao “terceiro mundo” cultivar plantações para borracha, azeite de palma e agrocombustíveis, não é a resposta a mudança climática. Isso é inaceitável! Trata-se de racismo ambiental, que propicia ao continente o pior golpe com devastadoras consequências. O projeto de REDD, que tem sido imposto por corporações multinacionais e governos ocidentais, incluindo instituições e doadores, não é uma solução genuína. É parte de uma agenda para colonizar e empobrecer ainda mais ao continente rico em bens. Os crescentes casos de desertificação no norte, o desmatamento no sul, a ameaça de erosão por desmoronamentos no leste e oeste, e os padrões climáticos geralmente imprevisíveis são sinais visíveis do impacto. Isso causa um triplo efeito nas florestas, na biodiversidade, na soberania alimentar e na subsistência dos estilos de vida.

A soberania alimentar está debilitada pela tomada de terra pela agricultura industrial, o cultivo para agrocombustíveis e os diversos modos de introduzir sorrateiramente cultivos geneticamente modificados que minam a rica diversidade africana. Um estudo recente revela problemas nas nove comunidades que Michelin invadiu, desde princípios do ano 2008, quando entraram na reserva sem a devida consulta. Isso tem trazido incontáveis penúrias, especialmente para as mulheres. Este ato não somente destruiu sua herança ambiental, se não que também distorceu seu balance econômico e suas afiliações sociais e culturais.

Êxitos e logros da ERA/ Amigos da Terra Nigéria na área temática de Florestas e Biodiversidade

Assim, ERA iniciou uma campanha para frear os perigos da conversão de ecossistemas florestais em plantações de borracha. Isso inclui uma série de seminários de conscientização e construção de atitudes, especificamente mobilizando as mulheres a tomar papéis ativos. ERA também tem escrito ao Governo de Edo, assim como a Michelin Nigéria Plc, demandando justiça. Ademais, em janeiro de 2009, mais de 50 representantes comunitários de Aifesoba e Obozogbe, portando banners, visitaram os escritórios centrais da ERA em Benin, para buscar ajuda e deixar registro de seu protesto. Este caso foi transformado em uma campanha global ao envolver-se 6.000 pessoas de 60 nações que somaram suas assinaturas a petição contra Michelin e o chamado ao Governo de Edo para uma categórica pesquisa e a revogação da venda de terra.

Esta campanha conseguiu que a gigante francesa conquistasse o terceiro lugar no prêmio Pinóquio 2009², organizado por Amigos da Terra França, na categoria direitos humanos. A pressão sobre Michelin conseguiu um dramático incremento dos

pagamentos em compensações a comunidade de Obozogbe, comparado com o que receberam outras comunidades muito afetadas. E mais, os camponeses afetados receberam aviso para que removessem suas colheitas. Isso lhes possibilitou salvar uma parte antes da chegada das máquinas escavadeiras, o que nunca havia ocorrido antes.

Fortaleceu-se a aliança entre ERA, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, incluindo a parte uruguaia, e Amigos da Terra França, quem tem contactado com os escritórios centrais de Michelin, pelo que estão muito conscientes do caso nigeriano. Mais mulheres se somam agora a luta contra o desmatamento nesta região florestal bendita. Há crescente preocupação entre os periodistas locais e internacionais sobre temas relacionados com florestas e biodiversidade; isso tem dado mais espaço a cobertura de qualidade por parte dos meios de comunicação.

ERA está demandando uma drástica revogação do acordo de arrendamento com a Michelin, por não atender as leis vigentes. Também, a restauração por meio de plantas de crescimento rápido de variadas espécies, já que as escavadeiras têm deixado o ambiente desprotegido e vulnerável às mudanças climáticas; a completa compensação pelas colheitas destruídas e a devolução das terras ancestrais; um exaustivo e adequado pacote compensatório a ser administrado sob a supervisão do Governo de Edo e os grupos civis relevantes para os camponeses e comunidades afetadas. A luta sem continua.



1 - Diretora do Projeto Florestas e Biodiversidade
2 - Premiação às empresas que mais mentem sobre desenvolvimento sustentável.

Ouganda

projeto BIDCO: Prosperidade ou aceleração da pobreza em Kalangala

por David Kureeba³ - NAPE - Associação Nacional de Profissionais Ambientais - AT Uganda

BIDCO, o maior fabricante de azeites vegetais, óleos, margarina, sabões e concentrados protéicos no leste e centro da África, está investindo em uma multimilionária plantação de palma azeiteira na ilha Bugala em Kalangala. A companhia conta com investidores que incluem ao estadunidense Archer Daniels Midlands, Wilmar Group da Malásia e Josovina de Singapura. O Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) e o Banco Mundial concederam um empréstimo de US\$10 milhões para as plantações e a infraestrutura necessária, sendo que o Governo contribuirá com US\$12 milhões na forma de terras, eletricidade e estradas, e BIDCO investirá US\$120 milhões⁴.

O projeto já implementou toda a área planejada, mais de 10.000 hectares de palma na ilha, 6.500 foram plantados pela empresa e outros 3.500 por pequenos proprietários subcontratados. Isso incluiu a destruição da floresta tropical natural e das pradarias, e sua substituição por palma que já estava pronta para processamento em azeite em dezembro de 2009.

Ainda que este projeto fosse desenhado para melhorar as condições de vida em Uganda, em particular da comunidade pesqueira de Kalangala, e também para reduzir o custo da importação de azeites vegetais e melhorar a condição nutricional na região, os resultados são os contrários. As promessas do Governo e a companhia não têm sido cumpridas. Um informe empreendido pela ong Fórum do distrito de Kalangala (KADINGO), grupo parceiro de NAPE, ressalta os sérios impactos negativos que hoje estão enfrentando.

Com a plantação de palma avançaram o desmatamento e o esgotamento da água, e os moradores já não podem conseguir limpa, e um grande número de produtos e serviços como lenha e ervas medicinais têm desaparecido. As comunidades enfrentam a apropriação de terra por parte da empresa, o que ademais lhes tira seu sustento. Isso tem sido principalmente acelerado pelo Governo, ao dar posse formal da terra à companhia, e não às pessoas locais. Este movimento tem reprimido toda oposição por parte das comunidades. Agora, as pessoas estão mais pobres do que eram, o qual tem gerado acusações, roubo de comida e lenha, e também conflitos entre os moradores cuja terra foi tomada. Tem havido surgimento de disputas territoriais entre BIDCO e a comunidade. Alguns residentes não podem prever como será o amanhã e especialmente aos seus filhos, já que agora BIDCO reclama a terra na qual eles habitam por décadas, especialmente agora que a empresa possui títulos das terras em disputa.

Deve notar-se que muitas comunidades foram expulsas das áreas que cultivavam e pastoreavam, alguns sem adequada compensação, a tal ponto que foram indiretamente forçados a vender seu gado a preço de liquidação. Ademais, há muitos conflitos entre as comunidades e os defensores do projeto, por exemplo, devido ao acesso negado a: uso da rede viária do projeto para o transporte de gado; as fontes de água localizadas

na área do projeto que antes eram usadas pelas comunidades; terras de pastoreio também dentro da zona, o que levou a confiscação dos animais “que entraram sem autorização”, com uma multa exorbitante por cada animal, ou o risco de que os sacrifique e consuma sem pagar, o que desalenta a criação de gado nas áreas do projeto. Kalangala seria um centro de atração turística. Entretanto com a introdução dos agrocombustíveis, muita da vida selvagem como a bela floresta tropical e os macacos têm desaparecido. Os poucos que restaram estão em risco dado que o Governo tem ordenado que os matem porque comem os frutos da palma, o que significa uma grande perda para a companhia. O mesmo se aplica para os cães. Pela televisão, um oficial do Governo ordenou sua matança se os donos os deixassem entrar na plantação e comer frutos de palma.

A terra pública era usada comunitariamente. Quando o Governo a entregou, muitos foram afetados. Adicionalmente, a explosão imobiliária na ilha tem atraído muitos ricos a comprar terra privada. As comunidades indígenas que tem vivido por anos nessa terra têm sido cercadas ou desalojadas. Por conseguinte, tem perdido sua forma de subsistência. Inclusive aqueles que, todavia não foram afetados estão preocupados por seu futuro e não podem fazer investimentos de longo prazo. Na vila de Mugoye, existem grupos vivendo em um enclave de terra rodeado de plantações de palma, preocupados acerca do que se passará se os “donos” decidirem vender-la à empresa ou plantar árvores de palma como subcontratados.

Supunha-se que a fábrica processadora usaria eletricidade. Mas quando a colheita e o processamento começaram, a energia hidrelétrica não havia chegado a Kalangala nem havia sido instalada na fábrica. Esta demora demandou o uso de lenha, e se recorda que BIDCO limpou um grande espaço de florestas deixando pequenas parcelas nas mãos das comunidades. Agora, a companhia quer os remanescentes para lenha. Isto para as comunidades é impensável, já que ali é onde conseguem materiais de construção e lenha para uso doméstico. Agora, a floresta tradicional na área foi destruída, os sítios sagrados tampouco restaram. Isto deixou desgastada a comunidade de Kalangala.

O trabalho da NAPE (Associação Nacional de Profissionais Ambientais) - Amigos da Terra Uganda

Em setembro de 2010, uma equipe da Escola de Sustentabilidade da NAPE⁵ visitou o lugar para uma avaliação visual da situação, encontrando as comunidades lutando entre si aos empurrões com seus líderes em uma fonte de água a qual não tinham acesso. Esta situação é uma prova de que a questão da violação de direitos está crescendo, especialmente em áreas onde os investidores estrangeiros estão estabelecendo projetos como a plantação, a energia hidrelétrica, os projetos de mecanismos de desenvolvimento limpo (CDM) e as indústrias extrativas. BIDCO planeja estabelecer 30.000 hectares a mais de palma nas regiões de Bunyoro, Iganga, Gulu, Mubende e outras áreas. É importante notar que estes projetos não aliviam a pobreza, se não que a

aceleram, piorando as condições de vida das pessoas.

É por isso que se torna necessário que a sociedade civil, o Governo e outros interessados sensibilizem as comunidades locais, em algumas das áreas objeto, sobre os perigos da palma azeiteira, já que o caso de Kalangala pode dar vívida evidência. Isto encaixou muito bem nos objetivos da Escola de Sustentabilidade, entre os quais se encontra dar poder as comunidades para identificar seus problemas e mobilizar-se como consequência.

3 - Diretor de Florestas e Biodiversidade

4 - WRM, boletim número 100

5 - A Escola de Sustentabilidade é uma proposta que nasce nos Amigos da Terra da América Latina, com o propósito de organizar e compartilhar as formas de análise, reflexão, ação e luta dos distintos grupos membro de Amigos da Terra Internacional. Em distintas regiões do mundo, os grupos estão replicando esta experiência.



Indonésia

conservação com base comunitária

por Berry Nahdian Forqan⁶ e Ade Fadli⁷ - WALHI - AT Indonésia

Indonésia perdeu 72% de suas florestas no começo do século passado⁸. O desmatamento incontrolado levou à perda massiva da selva tropical, com um dos índices mais altos no mundo. Os desastres ecológicos aumentam a cada ano, mesmo com o esforço feito pelo Governo que se limita a cobrir as formas, sem nenhum esforço sério para reduzir e prevenir esses desastres. As florestas são uma fonte de vida para a maioria dos indonésios: aproximadamente 60 a 80 milhões de habitantes dependem delas para conseguir alimento, remédios e refúgio. Junto com a crescente destruição da floresta, chega um aumento no nível de pobreza.

Segundo a lei florestal, a floresta tem três funções principais: de conservação, proteção e produção florestal. O primeiro caso se refere a florestas com características específicas, cuja função principal é a preservação da biodiversidade vegetal e animal, assim como do ecossistema. O Governo interpretou, segundo a Ata de Conservação dos Recursos Biológicos e seus Ecossistemas, que a conservação dos recursos biológicos se baseia em seu manejo, utilizado sabiamente para assegurar a sustentabilidade da provisão, mantendo e melhorando sua qualidade de diversidade e valor.

Em um plano conceitual, várias políticas de conservação natural estão, todavia baseadas em um ponto de vista de preservação, que vê de forma rígida os bens naturais como um recurso estático, e portanto que deve ser preservado em um museu e etiquetado como “proibido tocar”. Este ponto de vista se opõe ao desenvolvimento e nega a capacidade dinâmica da natureza⁹. Desde uma perspectiva distinta sobre a conservação, isto eventualmente levou a contínuos conflitos na área de conservação.

Ações da WALHI

Em 2003, WALHI notou expulsões de áreas de conservação, como o Parque Nacional (PN) Lore Lindu, PN Kutai, PN Meru Betiri, PN Komodo, PN Rawa Aopa Watumoi, PN Taka Bonerate, PN Kerinci Seblat e algumas outras áreas. Inclusive no PN Komodo, aos pescadores, todavia lhes proibiram trabalhar em sua zona tradicional, que foi unilateralmente reclamada como zona central do parque nacional. Outros casos são a construção de uma rota na área do Ecossistema de Leuser e o PN Gunung Leuser, a expulsão e tiroteio a pescadores no PN Komodo, a Operação Napoleão no PN Wakatobi, a expulsão da tribo Dongi-Dongi no PN Lore Lindu e a expulsão da tribo Moronene do PN Rawa Aopa Watumohai.

A conservação se transformou em um negócio, cujo mecanismo começará a ser visível quando depois de 5 anos uma organização de conservação internacional conduza atividades na área de conservação. O tema do ecoturismo atua como tela para tarefa. No PN Komodo, se estabeleceu há vários anos uma companhia de capitais nacionais e estrangeiros, PN Putri Naga Komodo, cujas ações pertencem em parte a uma organização

de conservação internacional (The Nature Conservancy¹⁰), a qual também obtém subvenção por parte de instituições internacionais de financiamento para fortalecer seu capital. Entretanto, os grupos locais de pescadores foram “forçados” a buscar outra área de pesca mais distante de seus lugares.

Outros achados foram também publicados pelo diário Washington Post: que The Nature Conservancy, a mais rica organização de conservação do mundo, foi denunciada por corte ilegal, uma transação equivalente a US\$ 64 milhões para limpar caminhos para a construção de casas de luxo em terra vulnerável e a perfuração de poços de gás natural sobre a zona de procriação de espécies raras de aves¹¹. Se mantém também o negócio das espécies, incluindo o tráfico de animais e plantas protegidas, e o intercâmbio de animais para zoológicos ou com fins científicos. No ano 2008¹², houve entregas de peles, sangue e extrato de DNA de várias espécies protegidas, como distintos tipos de gibão, orangotango e rinoceronte de Sumatra.

As comunidades indígenas locais estabeleceram uma cultura de manejo dos recursos biológicos intra e intergeracional. Várias culturas e a ordem local se construíram como uma experiência empírica na interação comunitária com a vida natural. Este manejo florestal se sustenta, todavia em algumas áreas, por exemplo, Lembo, Simpukng e Tembawang em Kalimantan, assim como em Sumatra conhecido como Repong, Mone e Parak, e também em Sulawesi, Bali, Nusa Tenggara, Maluku e Papua, e inclusive em Java.

Em 1999, WALHI compilou os princípios do sistema de manejo local, que abrange:

As pessoas como o principal ator (comunidades locais/ indígenas); instituições de manejo estabelecidas, implementadas e controladas diretamente pela comunidade respectiva; um território claro e legalmente permanente para manter; interações entre a comunidade e o ambiente diretas e profundas; o ecossistema como parte fundamental do sistema de vida das pessoas do local; o conhecimento indígena representando uma posição importante e subjacente ao sistema de manejo florestal e políticas, somando ao conhecimento moderno para enriquecer também; se prioriza a tecnologia local ou aquela que tem sido adaptada e dentro de limites controlados pelas pessoas; a produção em escala está limitada somente pelos princípios de sustentabilidade; um sistema econômico baseado no bem estar comum; e a biodiversidade subjacente em vários campos, em espécies e genética, método de cultivo e utilização de bens comuns, sistemas social e econômico, etc.

O mandato da WALHI é manter as áreas ecológicas remanescentes, incluindo o incentivo aos esforços de reflorestamento ecológico e ao reconhecimento por parte do estado da área manejada comunitariamente, e a restauração de áreas ecológicas críticas para a sustentabilidade dos recursos biológicos. A Ata de Conservação dos Recursos Biológicos e seus Ecossistemas



deveria expandir-se para cobrir o manejo de áreas de proteção e conservação, tanto das áreas de conservação tradicionais (sistema de manejo comunitário local/indígena), para assegurar a sustentabilidade de vida das pessoas na Indonésia. WALHI espera que o Governo e o Parlamento possam ver mais integralmente os temas ecológicos e socioculturais no contexto atual do país, e que pudessem mostrar preferência às comunidades locais/ indígenas e ao ambiente. Somente ao reconhecer e proteger as fontes de vida, este país pode acelerar o logro dos ideais de independência.

6 - (Diretor executivo nacional da WALHI-Amigos da Terra Indonésia)
7 - (ativista da WALHI-AT Indonésia e observador de florestas em Kalimantan do leste)
8 - World Resource Institute, 1997.
9 - Ibid.
10 - "A Conservação Natural" (NdT).
11 - Sinar Harapan, Conservation NGO Performs Illegal Logging <http://www.sinarharapan.co.id/berita/0305/19/ipt01.html>
12 - Department of Forestry, Export Realization of Wild Animals and Plants (per October 2008), <http://www.dephut.go.id/index.php?q=id/node/4949>

Argentina

“Sempre tem algo para comer e para vender”

por Eduardo Sánchez - AT Argentina

A província de Misiones, ao noroeste do país, é uma das menores, entretanto concentra 40% do florestamento com plantações exóticas do território nacional. O avanço dos monocultivos industriais, principalmente de tabaco e pinus, têm aprofundado o desmatamento das florestas nativas com a consequente destruição de seus ecossistemas e os deslocamentos de comunidades campesinas e indígenas de seus territórios ancestrais. Este desenraizamento e o êxodo de muitos jovens estão ligados à impossibilidade de continuar produzindo em um ambiente sadio. O estado de degradação de muitas fazendas, o abandono de cultivos tradicionais (substituídos por produtos “essenciais”) e para autoconsumo, e a perda de soberania alimentar são também consequências do modelo de produção intensiva instalado há vários anos nesta região da Bacia do Rio Uruguai.



Silvio Galle.

Uma experiência se organiza

Reni Luft é brasileira e desde os 8 anos vive na Argentina, está casada com Silvio Galle, argentino, e ambos vivem em uma chácara familiar a 18 quilômetros da cidade de El Soberbio, província de Misiones. Como outras tantas famílias da região, que apostaram numa vida com diversos empreendimentos familiares e comunitários, Reni e Silvio há 5 anos tomaram a iniciativa, desde sua própria horta, de produzir e comercializar alimentos, tanto para os turistas que recebem em sua casa, como para a Feira Franca da cidade, e em açougues, no camping e um hotel de El Soberbio.

A zona tem se caracterizado pela produção de tabaco e citronela, causas determinantes de degradação socioambiental. Segundo nos contam: “No tabaco se usa muito veneno e isto vai contaminando, vai prejudicando inclusive famílias que se dedicam a produzir alimentos, porque estão rodeadas por quem planta tabaco. O colono vai sendo envenenado e só restam as enfermidades. Ademais, a cada dois ou três anos tem que renovar porque o tabaco necessita terra fértil”. Quanto as essências: “O principal problema foi o desmatamento, porque se usava muita lenha para destilar a citronela nos alambiques. Aumentava a produção e desmatavam o monte nativo. Isto fez com que os preços do mercado baixassem, logo já não valia cultivar e o abandono da produção teve como resultado campos arrasados e solos empobrecidos”.

A família decidiu não fazer parte desse sistema perverso ao qual são tentados, por falta de alternativas, os produtores locais, e tentar sustentar-se através do consumo dos próprios alimentos e da venda dos excedentes. Com a ajuda de duas organizações não governamentais italianas puderam ingressar na iniciativa de agroturismo, e assim melhorar seus produtos e serviços: conseguiram reparar as instalações construindo um quiosque para receber aos turistas, uma sala de produtos em exposição, banheiros e placas indicativas junto à estrada que serve de referência. São 14 famílias com empreendimentos similares que se acompanham, se recomendam e se juntam a debater o avanço e continuidade de seus projetos.

No entanto defensores da biodiversidade local nos relatam: “Às vezes as pessoas olham para o mato, mas não vêem as diferentes árvores e frutas nativas, porque não conhecem. Aqui há várias plantas originais, e enquanto tenha um espaço quero seguir plantando aquelas que já não estão, para que possamos conhecer e atrair os pássaros que comem seus frutos. Não necessitamos fertilizantes artificiais porque produzimos adubo orgânico. Utilizamos plantas aromáticas como repelentes de insetos, assim evitamos os produtos químicos. Acostumamos-nos a produzir sem venenos e nos dá bom resultado”.

Neste sentido, afirmam: “Antes produzíamos cultivos anuais: soja, milho, girassol, algodão, mas há uns anos somente nos dedicamos a cultivar alimentos. Temos, para autoconsumo, mandioca, acelga, cebola, alface, salsa, beterraba, batata,

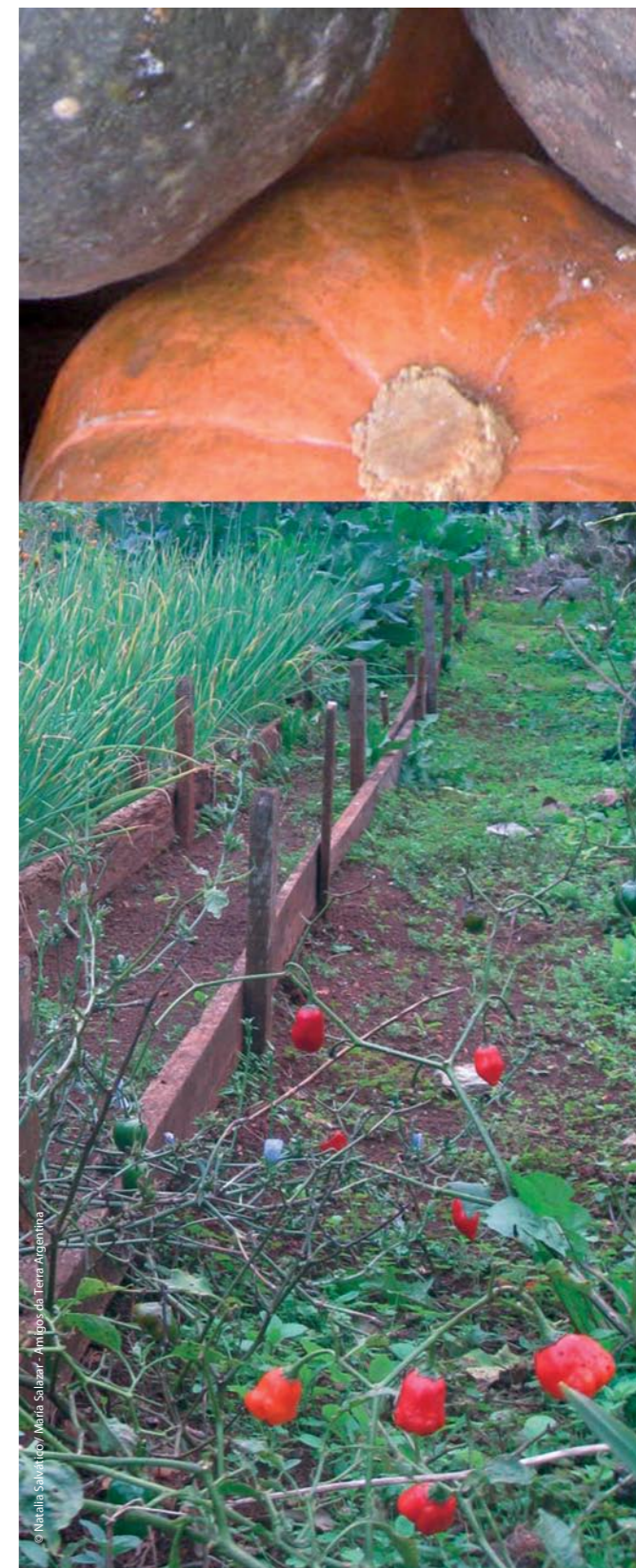
cana-de-açúcar, amendoim, e as vezes sobra para vender. Com as frutas elaboro doces, licores e sucos naturais. Também, panificados: massas, pães, pão doce, biscoitos, bolos. Tenho uma vaca e crio galinhas poedeiras. Assim se fazem raízes, te arraigas, cuidas de tua terra e do que ela produz. Aprende a falar com os demais, tens que vender na feira e é necessário contar o que fazes e como; a mim dava medo falar. Aprende a manejar dinheiro; sobretudo as mulheres, que se ficavam em suas casas e agora vão às feiras vender. Rompes assim tua rotina diária”.

Reni e Silvio não somente produzem para comer e comercializar, como este empreendimento lhes têm possibilitado uma vida social mais ativa, ao participar de programas de rádio, e também de algumas reuniões do Movimento Agrário Misionero (MAM)¹³. Não querem voltar ao tabaco nem à citronela, porque conhecem suas consequências. Suas dificuldades são a comercialização e a falta de mãos para produzir: seus filhos, como outros tantos, se foram buscando “um futuro melhor”. Em contraposição, estes empreendedores afirmam: “Com um o dois hectares que os colonos dediquem a produzir alimentos, colhem o ano inteiro, vão fazendo a rotação de cultivos e sempre há algo para comer e para vender”.

Através da campanha Amigos da Terra Argentina realiza na região, a “Aliança Regional contra os Monocultivos Florestais e da Soja n Bacia do Rio Uruguai”, pôde-se conhecer a organização “Mais Vale” de El Soberbio, quem nos apresentou às experiências familiares que estão acontecendo. A partir de visitas a diferentes empreendimentos, tivemos a possibilidade de dialogar com as famílias campesinas, podendo conhecer as alegrias e dificuldades que elas vivem.

Parte de nossa estratégia de campanha foi à realização de seminários com a comunidade local sobre aproveitamento sustentável de floresta nativa. Estes encontros possibilitaram a abordagem da problemática do desmatamento, dos monocultivos, do uso de agroquímicos, suas consequências e alternativas, com uma visão local. Desde Amigos da Terra Argentina, acreditamos que é fundamental e alentador para a mobilização difundir este tipo de experiências, que permitem que as comunidades resistam propositivamente contra o modelo, com empreendimentos transformadores próprios.

13- Agrupação agrária de pequenos e médios produtores, formada na primeira metade dos anos setenta.



© Natalia Salvaggio / Amigos da Terra Argentina

Colômbia

a resistência: uma história que baixa do páramo e se converte em rios de alimento

artigo elaborado a partir de escritos de María Stella Sandoval - CENSAT-AT Colômbia

A vida na Província de García Rovira se baseia na agricultura. É uma zona rica em diversas possibilidades, onde se consegue batata, cebola, yuca, milho, feijão, fique, cana, tabaco, mora, lulo, tomate arbóreo, papaia, laranja, banana, e outros alimentos. A economia pecuária também é fundamental. Estas riquezas contam, somando 37,5% do território, com uma “fábrica de água”, o páramo El Almorzadero. Tudo se conjuga para que esta região esteja destinada a garantir tanto sua alimentação como a dos arredores, configurando assim sua cultura; ainda que certos elementos se oponham: o menosprezo pelo rural, o estabelecimento de formas de produção lesivas e ao considerar o páramo como provedor de minerais. É persistente a pressão para introduzir a mineração de carvão, o que já tem deteriorado as fontes de água, do solo e da identidade.

Surge uma associação de produtores agroecológicos

Em 1998, famílias campesinas que se conheceram na raiz das ameaças ao páramo decidem constituir a Associação de Produtores (as) Agroecológicos de García Rovira, Agrovida, para melhorar suas condições de existência e fazer frente aos perigos contra sua cultura. Elas eram de vários dos municípios da Província: Málaga, Cerrito, Concepción, Enciso, San José de Miranda, San Andrés e Molagavita. Isso foi adquirindo vida própria, e assim uma maior diversidade de problemáticas.

Sua prioridade foi construir alternativas de mercado, um inconveniente comum, já que o modelo convencional homogeneiza tanto os gostos, que se desconhecem e não se demandam as variedades crioulas. Tampouco eram garantia os circuitos de mercado convencionais, pois o intermediário mescla os produtos químicos com os agroecológicos, provocando um grande desestímulo.

Em 2000, se realizou em Málaga a Festa Nacional da Semente Tradicional, com trocas, reunindo mais de 400 campesinos (as), organizações de base, ambientalistas, indígenas e acadêmicos (as). Com os anos, Agrovida logrou recuperar, entre vários depositários, mais de 100 variedades de batata, 40 de haba e 30 de feijão, diversificando seus bancos de sementes in situ.

Agrovida solicitou ao município um espaço, e no ano de 2002 se inaugurou o Mercado Agroecológico Campesino da Província de García Rovira. Presente todos os meses, promovia a cultura campesina, sua música, com chicha, frutas, verduras e comidas tradicionais como o angu¹⁴, doces, flores, ovos, galinhas crioulas, queijos e coalhadas, entre outros.

Eram possíveis as trocas entre famílias de zonas altas e baixas. Isto permitia dimensionar a riqueza natural local, e a necessidade de fortalecer alianças com mais campesinos. Durante dois anos se organizou este mercado, o que ajudou a definição de critérios e estratégias. Debatiam-se

importantes assuntos sobre produção, preços, apresentação e embalagens. Se almoçava comunitariamente, com os alimentos que cada um trazia desde suas terras.

Começavam a surgir perguntas: como gerar a confiança entre os (as) consumidores (as) de que seus produtos eram realmente sãos? A que preço oferecer seus alimentos, e a quem? Como garantir a disponibilidade? Como facilitar que o produto campesino chegasse ao mercado desde distantes rincões? Como garantir que não se colocasse em risco a soberania alimentar das famílias campesinas associadas?

Uma primeira decisão foi que somente se comercializariam



os excedentes das famílias. A produção agroecológica devia chegar às populações mais vulneráveis e, portanto, o preço seria o de mercado convencional. Um sobrecusto significaria excluir aos (as) mais pobres e deixar os produtos a mercê dos setores mais ricos.

Transcendental foi a certificação de produtos orgânicos, que já vinham promovendo as instituições especializadas, ainda que em muitos casos com sérias imposições às organizações familiares, negando-lhes opções de credibilidade com fundamentos comunitários, convertendo-se em um mecanismo de dominação e endividamento que não contemplava a justiça social, porque não garantia condições de vida e trabalho dignas para os (as) trabalhadores (as), ademais de estar pensada mais em função da exportação que para garantir a autonomia alimentar. Portanto, se tomou outra decisão: estabelecer uma relação com os consumidores (as), através da certificação de confiança, que deveria construir-se a partir de mostrar os processos produtivos agroecológicos, por meio de um sistema a desenhar.

No ano 2005, ocorreu o Encontro Nacional de Mercados Ecológicos, onde se debateram assuntos como negociações e acordos que estavam dando o marco do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, a então ALCA, e a Organização Mundial do Comércio, OMC; o significado para as culturas campesinas do fomento às cadeias produtivas; as ameaças dos agronegócios e os mercados verdes para a exportação, promovidos desde as instituições financeiras internacionais e transnacionais e desde o Governo nacional; o significado da produção limpa para satisfazer os consumidores de alta renda, em detrimento da diversidade e da soberania alimentar dos povos.

Em 2007 se decidiu implementar a Tenda Comunitária de Economia Solidária, processo que consolida ainda mais a organização. Seu objetivo é suprir aquilo que as famílias campesinas necessitam, mas não produzem: alimentos da cesta básica familiar, excluindo cigarros e bebidas, refrigerantes e demais produtos de transnacionais como Coca-Cola ou Nestlé.

Se dá prioridade à produção campesina e local, ademais de não oferecer produtos que compitam com os da etiqueta Agrovida; café, feijão, mel, pólen, quinua, doces de côco, gelatinas, panela, cremes, sabão, shampoo. Isto faz real a solidariedade e gera confiança entre os produtores, que pouco a pouco se fazem convencidos dos benefícios dos produtos da Agrovida.

Busca-se que os recursos econômicos das mais de 700 famílias campesinas vinculadas se redistribuam entre elas, e não migrem para as grandes empresas. A loja funciona sob os princípios da economia solidária: livre ingresso e retirada de produtos, democracia, partição equitativa de excedentes,

educação permanente e integração associativa. Atualmente vendem-se produtos de outros processos organizativos como chá de coca, run de coca, subprodutos de quinua, amaranto e maca, chocolate ecológico, cúrcuma, gengibre, flor da Jamaica e cremes; e se pensa em uma lojinha comunitária, que seria administrada por Agrovida.

A crise climática já afeta drasticamente a região, e particularmente a população campesina. A escassez de água para irrigação e a intensidade dos raios solares têm reduzido os níveis de produção¹⁵, em muitos casos a tão somente para o consumo. Por isso, se começa a pensar em alternativas: a conservação de água hoje deve cruzar todas as experiências comunitárias campesinas, incluindo as lojas. E neste ponto se atualiza a importância de lutar contra as ameaças a este paraíso de água, com os projetos de mineração que tendem a avançar.

Para isso, se adianta uma iniciativa popular para que o conselho municipal declare o páramo como zona de exclusão para mineração, assinalando que os entes territoriais devem regular o uso do solo, delimitando especificamente as áreas de proteção especial. Essa iniciativa está se dando a conhecer à população de outro município afetado pela concessão, para que também lancem novas iniciativas. Entretanto, sem dúvida, se necessita da participação de toda a Província para deter a nova ameaça que, ao avançar, se converterá no pior dos perigos para a integridade do território, da biodiversidade e da soberania alimentar.

14 - O angu, como outros pratos tradicionais, estava sendo perdido na região; agora se inicia a preparar ea oferecer no parque, como uma forma de contribuir ao seu resgate.

15 - Alguns produtos como feijão, milho, trigo, quinua, cacau, e outros processados como café, mel, pólen, vinhos e doces, não foram tão afetados, ao poderem ser armazenados por certo tempo. Pelo contrário, a produção de verduras e hortaliças foi limitada em seu conjunto, excetuando a manga, laranja, mandarina, limão e banana.

Costa Rica experiência de manejo comunitário de floresta e agricultura campesina

por Mariana Porras¹⁶ - COECO Ceiba - AT Costa Rica

Na Costa Rica, o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) geriu desde a década de setenta, um amplo programa de distribuição de terra a famílias campesinas. Para isto, adquiria áreas de proprietários privados e estabelecia ali “assentamentos campesinos”. Cada um deles consta, no general, de uma área dedicada à zona urbana e de uma série de parcelas de similar tamanho para uso agropecuário.



Ademais, o IDA teve como prática na hora de planejar o estabelecimento destes assentamentos campesinos, deixar áreas de proteção ou reserva: zonas úmidas, de declives fortes, espaços cobertos com floresta primária, e locais de recarga aquífera ou nascentes. Na maioria dos casos se trata de parcelas florestais de menos de cinquenta hectares, neles se mantém ainda uma boa amostra da exuberante riqueza biológica, incluindo espécies em perigo de extinção, outras endêmicas e formas vitais para a vida silvestre¹⁷.

Apesar de que a titularidade destes assentamentos, segundo define a lei florestal, pertence ao Ministério do Ambiente (MINAET), na atualidade muitas delas se encontram em um limbo legal e administrativo, continuando a maioria nas mãos do IDA. Isso tem impedido seu bom manejo e, no pior dos casos, tem levado a que algumas destas áreas sejam destruídas por fogo, invadidas, ou sofram altos índices de caça e corte ilegal, sem que nenhuma das instituições tome responsabilidades a respeito.

Na Zona Huetar Norte, que equivale a 14% do território nacional, a presença deste tipo de estabelecimentos é particularmente importante. Ali se encontram 136 assentamentos campesinos, em uma extensão de aproximadamente 46.900 hectares, onde se localizam mais de 8600 famílias, com uma população estimada de 55.665 habitantes, equivalente a mais de uma quarta parte da população regional. Ao redor de 25% destes assentamentos têm (ou tiveram em alguma época) florestas comunitárias maiores de 5 hectares.

Desde meados dos anos noventa, várias organizações campesinas, juntamente com COECO Ceiba-Amigos da Terra Costa Rica, começaram a chamar a atenção sobre estas reservas e seu potencial dentro de uma estratégia de gestão sustentável do território. Ademais existe um esforço para obter um maior conhecimento das florestas comunitárias da zona, utilizando-se de um sistema de informação geográfica, e avaliando tanto seu estado desde o ponto de vista biofísico como em nível organizativo existente em relação a sua gestão e conservação.

Assentamento campesino de Sonafluca

Uma exitosa experiência de manejo comunitário de florestas é o caso do Assentamento Sonafluca, localizado entre San Ramón e San Carlos. Conta com 1750 hectares e 112 parceleiros. Ademais das três comunidades bem estabelecidas de Santa Lúcia, Três Esquinas e El Bosque, existem 146 hectares que correspondem a floresta comunitária.

Desde sua criação, ao final dos anos oitenta, têm lutado pela defesa da floresta em várias ocasiões, como por exemplo, quando 21 desses hectares foram invadidos em 1994.

Sua caracterização principalmente é de floresta primária,

provavelmente maderável em algumas seções. Tem uma biodiversidade alta, própria dessa zona, com presença de árvores ameaçadas como o Manu (*Minuartia guianensis*) e o Tostao (*Sclerobium costaricense*).

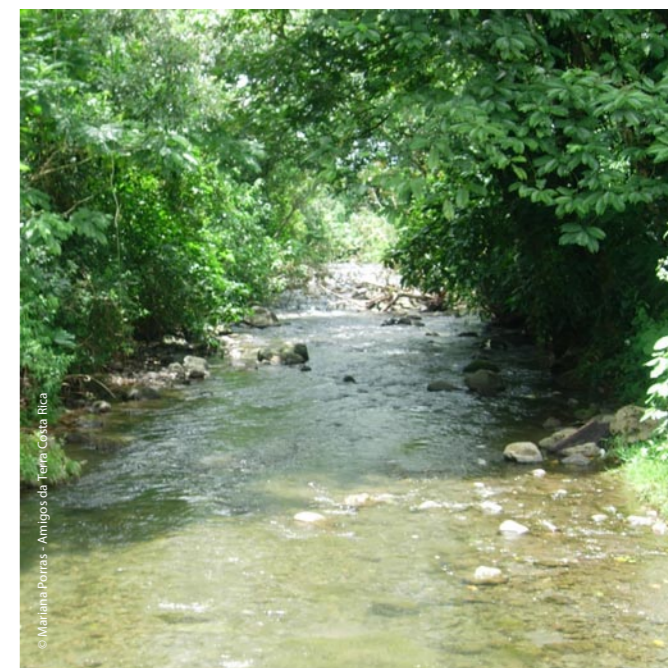
Forma parte da zona de amortecimento do Bosque Eterno de los Niños, e tem potencial para unir-se em corredor com a floresta de la Pajuela (nascente localizada na comunidade de Santa Lúcia). A Associação Administradora dos Sistemas de Água e Esgoto Comunal (ASADA) é quem mantém vigilância deste, já que ali se localizam as tomadas de água que abastecem a todo o assentamento e algumas comunidades vizinhas.

A floresta comunitária se denomina “Reserva Biológica Dendrobates” e conta com infraestrutura básica para turismo rural, incluindo uma casinha de recepção com serviços sanitários, salão, um caminho curto de 1 quilômetro e outro de 5 quilômetros de extensão. Ademais conta com tanque de tomada de água e encanamentos.

De outra parte, as parcelas que conformam o assentamento tem um tamanho médio de 4 a 5 hectares, e se caracterizam por sistemas agroflorestais, onde se combinam cultivos como yuca, nhame, tiquisque, papaia e variedade de hortaliças, entre outros, com gado e árvores como cerca ou em pequenas parcelas florestais. Parte da produção é para consumo familiar, e outra para sua distribuição dentro do mercado nacional. É importante ressaltar que neste assentamento a maioria das parcelas continuam com seus donos originais, já que se tem notícia que em outros assentamentos ao longo do país as parcelas são vendidas a grandes companhias agroindustriais por pressão do plantio de monocultivos, tanto agrícolas como florestais.

Não obstante à forte organização comunal, todavia são latentes as ameaças, principalmente sobre a floresta, já que não existe uma delimitação de área e alguns parceleiros lindeiros tomam parte desta zona. Por outro lado, e apesar de que a proteção, manejo e consolidação destas áreas se dá graças à organização comunal, estes territórios continuam pertencendo ao Estado e o trabalho realizado não é reconhecido, elo que fica aberta a possibilidade de que não se permita administrar estas áreas para desenvolver atividades como turismo comunitário, educação ambiental, aproveitamento de madeira caída ou de plantas medicinais e para artesanatos. Existe ademais o temor a que, por mudanças na legislação ambiental, se abra a possibilidade de que o manejo passe a mãos privadas, o que constitui uma grave ameaça dada a grande quantidade de água que se produz nesta floresta.

Portanto, é de suma importância que se reconheça o direito comunitário que têm as comunidades sobre as florestas, já que graças a elas se tem realizado um uso sustentável destas



© Mariana Porras - Amigos da Terra Costa Rica

áreas, integrando-las a suas estratégias de melhoria de sua qualidade de vida e definindo as regras para sua proteção e uso. Paralelamente, este sentido de pertença tem permitido a estes parceleiros compreender a importância da defesa do território, ao conservar suas terras e trabalhar-las para semear variedade de cultivos alimentícios.

16 - Ingeniera forestal, es parte de COECO Ceiba-ATCR y trabaja en el área de Bosques y Biodiversidad.

17- COECO Ceiba, 2003, San José. “Flora de bosques comunitarios de dos asentamientos campesinos en zonas altas”. COECO Ceiba, 2006, San José. “Inventario de la flora presente en los bosques comunitarios de tres asentamientos campesinos ubicados en bosque húmedo de bajura”. Ambos en: www.coecoceiba.org

El Salvador

os Cuzcatlecos, um exemplo de trabalho e luta pela conservação de nossas sementes crioulas

por Silvia Quiroa - CESTA - AT Salvador

El Salvador é um dos países da América Central onde a escassez de alimentos e o avanço da destruição de ecossistemas tem gerado uma crise alimentar sem precedentes. Isto se deve a vários fatores, entre eles as políticas públicas que favorecem a importação de cereais e outros alimentos da cesta básica para manter a demanda de mercado, não se evidenciando programas que incentivem a produção e diversidade de cultivos. Assim, o setor agrícola tem sido debilitado de forma desmedida, as parcelas pequenas de terra produzem somente para consumo próprio, em solos empobrecidos e com uma produtividade muito baixa, como resultado do uso excessivo de insumos químicos promovido por pacotes agrícolas que beneficiam aos agronegócios do capital transnacional como Monsanto, Bayer e Syngenta, entre outros.

Por outra parte, a crise climática mundial se faz sentir seus efeitos mais notoriamente em terras altamente desmatadas como El Salvador: em que 88,7% de seu território é vulnerável a desastres naturais, segundo explica a equipe de avaliação e coordenação de desastres das Nações Unidas. Trata-se de um dos países mais vulneráveis do mundo, gerando-se irregularidades nas áreas destinadas aos cultivos.

A consequência mais palpável é o aumento nos preços dos alimentos no mercado, para o ano 2008 haviam aumentado até 45% com respeito ao ano anterior. Segundo a Fundação Salvadorenha para o Desenvolvimento Econômico e Social (FUSADES), e 25% da população atualmente tem mais dificuldades para comprar seus alimentos.

Outro aspecto muito forte é a perda de biodiversidade e a erosão genética, produto do uso indiscriminado de insumos químicos para a agricultura como o glifosato, e o desmatamento pela ampliação das fronteiras agrícolas, principalmente para a produção de cana de açúcar.

Ademais, é importante mencionar que a taxa de desemprego mais alta no país está no setor rural: para o ano 2008 era de 6%, e 50% da população desta zona vivia em estado de pobreza, segundo a Associação Nacional de Trabalhadores Agropecuários (ANTA).

A experiência dos Cuzcatlecos

Neste contexto, muitas comunidades rurais do país tem se organizado e iniciado ações tendendo a reduzir o impacto da crise alimentar e a promover modelos sustentáveis de produção, distribuição e comercialização agrícola, como é o caso do grupo Los Cuzcatlecos. Com participantes provenientes de 8 comunidades dos Municípios Monte San Juan, Perulapía, Santa Cruz Michapa e Tenancingo do departamento de Cuscatlán, iniciaram sua organização no ano 2006, buscando compartilhar conhecimentos acerca de

como produzir cuidando o meio ambiente e também conceber alternativas para o autoconsumo, e com seus excedentes gerar ingressos para a deprimida economia rural.

Assim, seus membros têm trabalhado localmente na produção hortícola, hortas nutricionais e medicinais, e na elaboração de remédios naturais para atender problemas básicos de saúde da população. O princípio que os rege é que todas e todos são parte da natureza.

Os Cuzcatlecos não somente são um grupo com muita experiência nestes temas, se não que ademais tem incursionado no político para resistir diante da introdução de transgênicos, sendo muito ativos em atividades de incidência nacional, como ao solicitar que se cumpra a Lei do Consumidor sobre o rotulagem de produtos modificados geneticamente, e ao defender o artigo da Lei de Sementes que proibia a produção com transgênicos.

É importante mencionar que alguns de seus membros são pressionados pelas instituições do Estado para abandonar a produção alimentar em sua parcela e passar a cultivar *Jatropha curcas* L. ou *Ricinus communis* L., como matéria prima para agrocombustíveis. Também são afetados pela entrega de pacotes agrícolas por parte do governo, que contém não somente sementes se não também insumos químicos, o que desmotiva a população a voltar-se às práticas agroecológicas. A isso se deve somar as pressões que exercem as corporações do agronegócio, principalmente Monsanto, sobre a elaboração de políticas públicas.

Uma das estratégias de trabalho do grupo comunitário Los Cuzcatlecos é a promoção da semente crioula; resgatando-a, conservando-a e protegendo-a nos denominados santuários da biodiversidade. Neste sentido, criam espaços como os intercâmbios de sementes entre campesinas (os) de diferentes zonas do país. Assim, se tem logrado recuperar variedades, especialmente de milho e feijão, que se haviam perdido em algumas regiões. Nestes encontros, cada participante expõe suas formas de conservar as sementes, tornando-se tanto uma escola para a recuperação de práticas ancestrais de produção e conservação de sementes crioulas, como um ponto onde se compartilham experiências de trabalho, se luta e se gera consciência.

Também existe um mercado alternativo onde se expõe e troca o produzido, se atualizam permanentemente os inventários de sementes, e se capacita para a conservação nos santuários da biodiversidade.

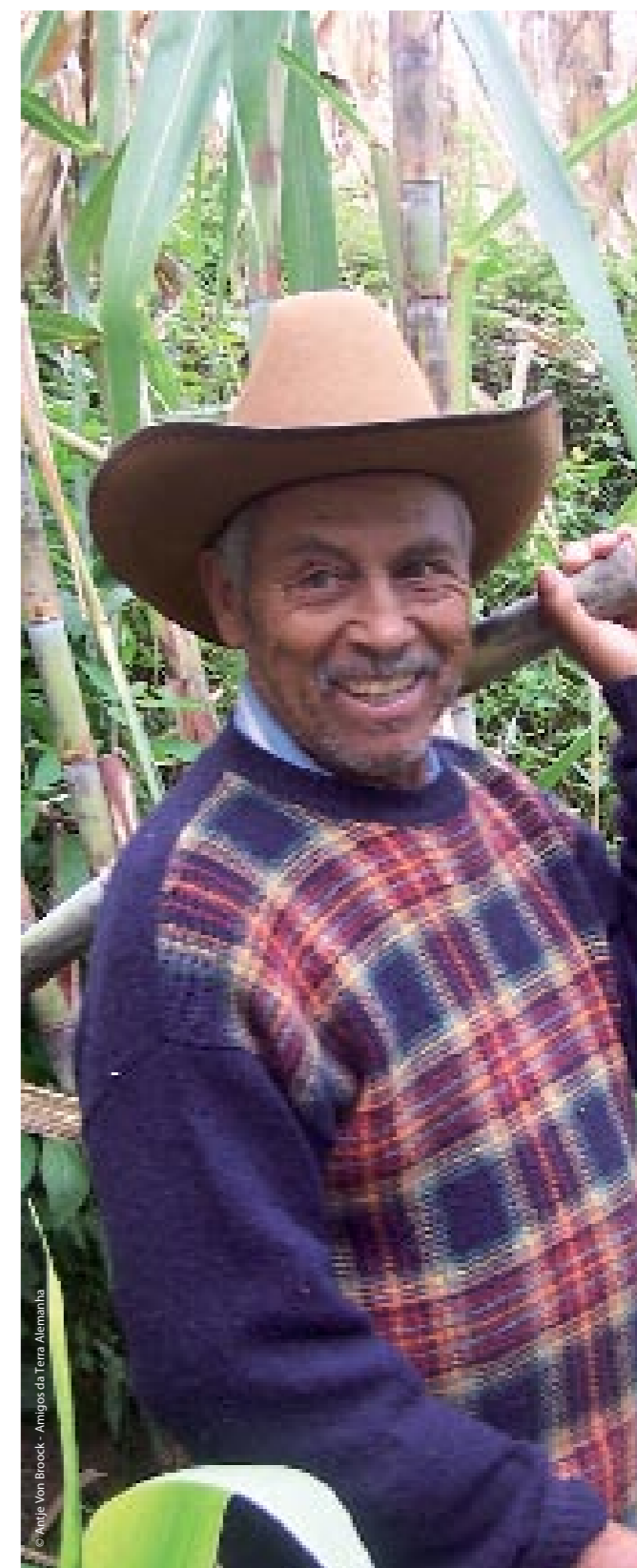
Pertencem a Rede Cidadã frente aos Transgênicos, a qual é parte da Campanha Mesoamericana contra Monsanto. Neste

sentido, tem-se desenvolvido atividades de mobilização e resistência contra os experimentos para cultivar transgênicos de dita companhia. É importante mencionar que a vinculação do grupo Los Cuzcatlecos em vários espaços regionais e nacionais tem sido através da CESTA-Amigos da Terra de El Salvador e Amigos da Terra Internacional, como é o caso das campanhas contra Monsanto, contra os monocultivos, os agrocombustíveis, e pelo resgate e revalorização das sementes crioulas, entre outras.

Também participam em eventos internacionais, como a Semana Mesoamericana pela Diversidade Biológica e Cultural e o Forum Mesoamericano contra os Agronegócios e pela Soberania dos Povos da Mesoamérica, espaços de intercâmbio, geração de conhecimentos e vinculação com o trabalho de outros grupos locais.

Os logros tem sido numerosos. Um importante avanço é ter acessado meios de comunicação, o que lhes outorgou visibilidade ao propor e demandar. Atualmente, junto com outros núcleos de microempresárias (os), estão gerindo créditos para as produções de subsistência, diante do Ministério da Economia.

Também, lograram articular-se pela conservação das sementes, "estamos organizados e isso nos tem facilitado vincular-nos com outros grupos, conhecer outras experiências e adquirir conhecimentos. Temos aprendido a proteger e conservar o meio ambiente. Si eu não protejo meu meio ambiente, minha terra, minha parcela não me dará os frutos que eu espero, e isso é diversificar-la, colocar barreiras vivas", explica Guadalupe, membro do grupo.



Estados Unidos da América dar uma oportunidade aos consumidores

por Eric Hoffman¹⁸ e Kate McMahon¹⁹ - AT Estados Unidos

A agricultura nos Estados Unidos da América (EUA) é uma indústria cada vez mais concentrada, com menos granjeiros e uma diversidade que está decrescendo rapidamente. Menos de 2% da população vive hoje do que cultiva, e se trata de cada vez menos variedades – de umas 5 por granja em 1900 a 1 na atualidade, em média. As quatro principais companhias de sementes controlam 43% do mercado estadunidense e 50% dos direitos de propriedade intelectual – majoritariamente em sementes geneticamente modificadas.

Esta diminuição da diversidade nas granjas levou a uma severa perda na biodiversidade tanto ecológica como agrícola. Pelo menos entre 200 e 280 milhões de quilômetros quadrados são dedicados cada ano aos maiores monocultivos de matérias primas como milho, soja, trigo e algodão. A monocultura é fortemente dependente de biocidas e fertilizantes químicos, o que tem levado a maiores perdas em biodiversidade, não somente ameaçando às pestes ou plantas a serem controladas, se não a ecossistemas inteiros. Os biocidas se bioacumulam até a o fim da cadeia trófica, e alguns estudos

demonstram mortes massivas de aves e anfíbios relacionadas a isso. Ademais, os fertilizantes químicos se misturam aos cursos de água e tem levado a perda de biodiversidade aquática.

O uso crescente de biotecnologia não faz mais que exacerbar os problemas da agricultura industrial. Monsanto controla hoje 60% do milho e 62,5% das sementes de soja e as licenças de suas modificações genéticas. Os cultivos geneticamente modificados são “promotores de biocidas”. Isso tem levado a um significativo incremento na pulverização de herbicidas e inclusive ao desenvolvimento de “super ervas” que estão tornando-se resistentes aos químicos, o que tem feito com que os granjeiros utilizem químicos mais tóxicos.

Apesar de estar distante de um sistema alimentar saudável e justo, nos EUA o público está começando a despertar-se diante dos perigos da agricultura industrial e a apoiar a seus granjeiros e sistemas alimentares locais. As comunidades estão hoje consumindo alimentos mais frescos e nutritivos, os granjeiros estão sendo pagos diretamente e o dinheiro se



mantém na comunidade. Os rótulos de alimentos livres de engenharia genética são as de maior crescimento nos EUA, o que mostra que os cidadãos estão começando a rechaçar esta tecnologia não testada, não regulada e perigosa.

Experiência

Fundada em 1970, a missão de Amigos da Terra EUA, é defender um mundo são e justo. A campanha de Alimentação e Tecnologia atualmente se encontra em um processo de modernização, e estamos trabalhando para desenvolver uma campanha exaustiva que trate os problemas sistêmicos dentro do setor agrícola. Um foco primário é a eliminação de fatores econômicos geradores de degradação ambiental, através de subsídios impositivos federais, apoio financeiro privado ou outras iniciativas financeiras. No setor agrícola, por exemplo, historicamente AT EUA, tem realizado campanhas para terminar com os subsídios aos cultivos de matérias primas que primariamente sustentam as operações agrícolas industriais, assim como em outros programas que apoiam a exportação destes cultivos.

Hoje, temos concentrado nos subsídios aos agrocombustíveis insustentáveis, como o etanol de milho, que desvia mais de 30% desta colheita. Esta produção compete por terra com as pradarias naturais, o que causa perda de biodiversidade. Esta competição tem resultado em preços de milho artificialmente altos, o que tem impactos nos EUA e em todo o mundo, causando desmatamento e outras formas de mudança no uso da terra, e também reduz a biodiversidade. A produção de milho nos EUA requer quantidades massivas de fertilizantes e biocidas, o que resulta em contaminação das águas. Nossa campanha também busca educar aos legisladores e ao público sobre o dano ambiental que gera a política estadunidense de agrocombustíveis.

Outra campanha de longa data está dedicada a alertar ao público sobre os perigos que acarretam os organismos geneticamente modificados. A engenharia genética cria enormes ameaças à biodiversidade, concentra o controle da produção agrícola nas mãos de umas poucas corporações. A maior revelação de AT EUA chegou em setembro de 2000 quando, através de provas independentes, descobrimos StarLink, um milho modificado geneticamente que não foi aprovado para consumo humano, em tacos da Kraft. Se viram forçados a retirar milhões de caixas, o que aprofundou a consciência do público sobre as ameaças dos organismos geneticamente modificados e a necessidade de investigação suficiente e rotulação precisa para poder tomar decisões informadas. Nossa campanha em modificação genética continua. Espera-se que os animais modificados e clonados tenham impacto no mercado estadunidense no

futuro próximo, e estamos trabalhando para assegurar-nos de que não sejam aprovados, ou que ao menos lhes rotule, assim os consumidores têm a opção de evitar estes perigosos alimentos no mercado.

Atualmente, somos uma organização ambiental chave para desafiar a aprovação do primeiro animal modificado geneticamente para consumo humano de todo o mundo, um salmão atlântico modificado para supostamente crescer o dobro mais rápido. AT EUA é também uma organização crucial na resistência ao desenvolvimento em biotecnologia, nanotecnologia e biologia sintética. Lutamos para detê-las e assegurar-nos de que se finalmente chegam ao mercado estejam reguladas apropriadamente para proteger as pessoas e o meio ambiente, não aos benefícios corporativos. As tecnologias emergentes são uma ameaça à soberania alimentar já que permitem o patenteamento dos componentes constitutivos da vida por interesses privados, e põe em risco aos granjeiros, trabalhadores agrícolas, a terra, a biodiversidade e aos cidadãos em geral.

O crescente uso de sementes modificadas geneticamente reduz a diversidade de opções de grãos e também a soberania dos granjeiros e consumidores, e coloca o controle destas opções nas mãos das corporações. O crescente uso de agrocombustíveis pressiona às terras destinadas a produção alimentícia, e também aos ecossistemas naturais, e cria um estranho matrimônio entre os agronegócios e as grandes petroleiras. Nosso trabalho nestas duas áreas temáticas destaca os problemas mais amplos dentro da política agrícola estadunidense.

18- (Campanhista de Política Biotecnológica)
19- (Coordenadora da Campanha Biocombustíveis)

Guatemala

entrevista com Florinda Ramírez, do Rancho “Por Vir”, en Cuilco ²⁰

por Claudia Jerónimo - CEIBA - AT Guatemala

“Este rancho se chama ‘Por Vir’ porque tudo está por vir. Por exemplo, agora estão prenhes vaca e uma das cabras: estão por vir as crias, o leite e o queijo.

Meu nome é Florinda Ramírez Ambrocio. Meu esposo se chama Roberto. Tenho 5 filhos. Faz uns 20 anos, começamos a plantar árvores em nossa parcela integral. Antes semeávamos feijão e milho em um terreno emprestado, mas não árvores, laranja ou café, porque não tínhamos terra. É por isso que trabalhamos e compramos aqui, ainda que seja um lugar muito seco, com muita pedra: não tinha nada.

Por isso, quando iniciamos, meu esposo não estava muito entusiasmado. De todos os modos, nós semeamos hortaliças, que foi ao rio no primeiro inverno, mesmo assim semeamos de novo. Foi assim que ele se animou e começou a semear pasto, e eu comecei a trazer árvores para lenha e, ainda que carregasse água para regar, ampliamos o trabalho, começamos a estabelecer viveiros, a fazer adubo orgânico, e semeamos milpa²¹.

Iniciamos a conservação dos solos depois da tormenta Stan, como parte de um programa de água potável; não tínhamos pasto para alimentar aos animais, assim que começamos a fazer terraços. Ali começou a verdadeira diversificação da nossa parcela de terra. Entendemos que a proteção do solo é importante neste terreno porque quando o rio entra, protege o pasto que semeamos. Ademais, se se perde essa semeadura, por alguma inundação que não podemos controlar, temos sementes para replantio. Ainda falta muito por fazer, mas se contamos quantas espécies temos no rancho, nos damos conta de que já há muita variedade²².

Agora temos muitas plantas e muito que comer, já que meu esposo seguiu nos apoiando. Creio que não deixaremos nosso trabalho, já que temos feito muito. Quando ele não está, nos encarregamos de fazer, porque se não está o esposo não quer dizer que se abandone tudo. Às vezes é um trabalho duro, mas meus filhos me ajudam. Sozinha seria muito complicado lavar a roupa, atender às crianças, ver se vão à escola, vender o leite, que é importante para conseguir dinheiro. As mulheres ajudam a cuidar, mais que tudo, os animais. Na casa cozinhamos com minha nora e minhas filhas. Conseguimos lenha, nas tardes às vezes nos reunimos com algumas companheiras para aprender a fazer coisas que são de utilidade em uma parcela de terra.

Vamos seguir melhorando, já ocupamos todo o terreno com bananas, canela, pimenta, cacau, maçã, nêspira e macadâmia. Já se acabou o espaço para semear (risos), vamos até as orelhas. Pensamos semear café, e aproveitar a sombra das frutíferas ao invés de cortá-las.

Temos um banco de sementes. Se uma não quer a semente,

a perde. Se uma trabalha com a parcela, não se perde a semente, as plantas, os costumes. Este ano já guardaremos nossos próprios feijões. As sementes de milho que cultivamos são crioulas, uma é larga e amarela, ‘de antes’, não sabemos onde a conseguiu meu sogro; outra é vermelha, nos doou um vizinho. Estamos contentes porque quando colhemos é quando preparamos a milpa, aí trabalha toda a família.

Para mim, a soberania alimentar é um direito que está relacionado com as verduras, feijões, ovos e carne de rancho. Vivemos nosso direito quando temos onde produzir, quando podemos semear nossas verduras, quando temos dinheiro obtido de nossa colheita, para também poder comprar o que não produzimos, porque o clima ou as condições não o permitem. É necessário ter algum dinheiro. Neste rancho, o dinheiro e a colheita se completam, pelo que é bom ter uma relação de família para que a propriedade funcione. Quando se vende o produto, se vende no rancho ou vamos de casa em casa na comunidade ou nas casas vizinhas.

Fazemos conservas, minha filha as leva pra vender na escola, o cushin também, é por isso que tem uma poupança e isso lhe permite ir criando um bom costume. Meu filho pequeno também vende flores, que as pessoas vêm buscar, ele está começando a poupar. Isso é importante porque os filhos aprendem que da terra também se pode viver, tem mais do que pensam. O que mais vendemos é leite café, pimentas, coentro, sementes de adubação verde (soja, guandu), côco, conservas, doces e queijo. Temos umas caixas de abelhas que também deixam mel para nós.

Semeamos coentro, erva moura, de chipilín, semeio amendoóm y saco semillas. Também temos verduras, couve, quilete, bishnay y mucus, que nasce dentro do café.... isso é bom para trabalhar a terra e ir conhecendo as plantas de outros lugares. Tem-se que perguntar aos vizinhos para aprender que plantas se comem e como, é importante aprender bem como nasce a planta, onde, como cheira e se vê, porque existem plantas que se parecem, mas podem causar algum dano.

Existem plantas medicinais, se estamos doentes as utilizamos, todos os meus filhos se curaram assim. Há muitos anos só vou ao centro de saúde para tomar vacinas. Também comemos muito bem, muita verdura, tortilhas, pouca carne, mas muitas ervas, leite e queijo para que estejamos com boa saúde. É fundamental estar bem alimentado, para não gastar em remédios caros para curar-se.

O compartilhamento primeiro entre a família é admirável. Os intercâmbios de conhecimento e sementes com outras famílias nos ensinaram muito. Não importa o tamanho da parcela de terra, senão o interesse, a iniciativa. O trabalho da comunidade é mais difícil, mas é importante para defendê-la contra o desmatamento, contra a mineração... Os programas



de capacitação às vezes não são suficientes para todos, mas se compartilhamos o aprendido, se promove o conhecimento, a participação e a luta..

A mineração é uma grande contaminação. Não nos vai ajudar. O rio grande trará toda a contaminação se a mineração se estabelecer perto da água. Se um semeia suas hortaliças, quer

que o rio limpo. A alimentação boa se contaminará. Aqui perto marcara monde há minas. Não estamos de acordo, porque por meio desta terra temos calor para que a milpa cresça, para que se de boa colheita. A água se vai e tudo seca.

Na Guatemala falta boa alimentação, os que não têm muitos recursos devem semear para colher. Ainda que não seja em grande quantidade, ainda que seja em círculos, podem-se ter plantas para comer. Se não há terra, se pode alugar e se não há espaço ou dinheiro, usar outras formas para semear. Existem lugares muitos distantes, terrenos em más localizações, em declive, ou sem boa comida para a planta. Por isso, é importante trabalhar muito bem a parcela de terra, cuidar o solo, e semear a maior quantidade de plantas. Sempre há que seguir trabalhando, este ano, por exemplo, devemos melhorar o sistema de recolhimento de água e instalar uma estufa solar, o que se está promovendo agora. Há muito por fazer, estamos contentes porque agora temos mais que somente capim em nossa parcela integral...

Este trabalho é bom, para que estejamos sãos, que tenhamos a maioria de nossos alimentos. Sou feliz, meu esposo também, porque sabemos que estamos trabalhando, porque temos para comer e vender. Nos emocionamos com a semeadura. Quando compramos este terreno semeamos cushin, que antes comprávamos. Começamos a capacitar-nos e assim seguimos trabalhando. Meu esposo se emocionou tanto com o trabalho, que poupou e comprou outro terreno no México”.

Florinda Ramírez, seu esposo Roberto e seus filhos menores se mudaram para o México ao final 2010. O rancho “Por Vir” segue a cargo do filho maior, enquanto a nova parcela, do outro lado da fronteira, se diversifica e a família inicia a socializar com seus novos vizinhos a maneira de alcançar a soberania alimentar. Na CEIBA / Amigos da Terra Guatemala promovemos a construção de uma vida digna, mediante o resgate e valorização da cultura e da diversidade biológica. A experiência da família Ramírez nos anima a seguir formando e fortalecendo as famílias que impulsionam a soberania alimentar, a saúde e a defesa do território mediante suas ações diárias, sem importar onde se encontrem.

20-Cuilco é um município do departamento de Huehuetenago, Guatemala, fronteiroiro com México.

21- A milpa constitui uma associação ancestral mesoamericana de milho, feijão, abóbora, ervas, tubérculos e flores.

22- C. Nájera 2010. Se contabilizaram ao redor de 97 espécies de plantas na parcela.

Suíça

a iniciativa popular para o uso sustentável da terra

por Bertrand Sansonnens, em colaboração com Marcus Ulber e Marcel Liner - Pro Natura - AT Suíça

A Suíça é um país pequeno, cujo território tem sido cada vez mais urbanizado durante as últimas décadas, a um ritmo muito acelerado e de um modo bastante caótico. A construção de casas individuais, de por si, aumenta o tráfego e desencadeia mais infraestrutura, o que significa a perda de nossa melhor terra cultivável, e mais emissões de CO2. A Suíça desde 1980 tem uma lei de planejamento espacial bastante boa; entretanto as autoridades não a fazem cumprir corretamente: por exemplo, 30% de todas as construções se levantam fora das áreas autorizadas.

A cidade está se expandindo rapidamente pelas terras baixas, tendendo a descaracterizar as diferenças entre os centros urbanos tradicionais, o campo e os povoados. O mesmo ocorre em uma quantidade de localidades dos Alpes, onde os

centros turísticos estão se desenvolvendo rapidamente em superfícies muito extensas. Devido a significativa proporção de áreas localizadas em terrenos de grande altitude, somente um terço do território suíço é potencialmente apto para assentamentos; deste, em quase um quarto já se construiu, e a agricultura e as florestas ocupam o restante. Efetivamente, a expansão urbana se dá majoritariamente à custa de terra para produção de alimentos, que compete pelas mesmas áreas que as habitações e a infraestrutura comercial e de transporte.

A suficiência alimentar suíça é de somente um pouco mais de 50%. Isso significa que o país é altamente dependente da importação de alimentos de todo o mundo (por exemplo, importa anualmente 250.000 toneladas de soja, em sua



maioria do Brasil). Assim, o desperdício de sua terra cultivável significa uma maior pressão na terra do sul.

Mesmo sendo famosa por suas belas paisagens e sua natureza, a Suíça está entre os países europeus com maior índice de espécies extintas, em perigo ou ameaçadas – tanto de animais como de plantas. Uma das causas principais disso é a fragmentação de habitats causada pela infraestrutura, e pela intensificação e industrialização da agricultura, o que ameaça a muitas espécies pertencentes a ecossistemas ligados a agricultura tradicional, como os pastizais extensivos (prados altamente biodiversos) ou os hortos nos quais crescem árvores frutíferas de antigas variedades autóctones.

Finalmente, por meio da deterioração constante da estrutura e da qualidade da paisagem, a expansão urbana está ameaçando os valores culturais da população, enquanto um sistema de uso da terra egoísta e individualista põe em risco o espaço comum de esparcimento e relaxamento; ironicamente isto em última instância também ameaçará o turismo, se os visitantes já não podem encontrar o que vem buscar na Suíça.

Uma proposta de solução

Pro Natura - Amigos da Terra Suíça é uma das organizações não-governamentais mais importantes, com 107.000 membros e uma história de 100 anos de ativismo pela natureza. O uso insustentável da terra, tema largamente ignorado no país até pouco tempo, aparece como chave para a luta, já que mostra com perfeição os evidentes vínculos entre os maiores problemas ambientais de nosso tempo: perda da biodiversidade, mudança climática, ademais enfatizar o impacto do moderno estilo de vida consumista e a necessidade de estabelecer políticas públicas que sirvam como barreiras e como incentivos.

Devido a importância do tema e a necessidade de exercer ampla influência na sociedade em seu conjunto, AT Suíça decidiu lançar pela primeira vez em sua história uma “iniciativa popular” para lograr que se aprove uma demanda aos Governos Federal e Regionais que assegurem em conjunto: um uso sustentável da terra, separando claramente áreas para construir daquelas onde a construção está proibida; que a terra agrícola seja preservada e utilizada exclusivamente para produção de alimentos; e que a superfície total para construções não possa ser aumentada pelos próximos 20 anos (já que as pesquisas provaram que a área disponível legalmente para construções, hoje existente, é suficiente para sustentar uma razoável demanda pelos próximos 30 anos).

Esta é uma ferramenta democrática bem estabelecida na Suíça,

que permite forçar o Governo a organizar um referendo em nível nacional, sobre uma emenda constitucional, campanha que até este momento, tem sido firmada por 100.000 cidadãos e que também é apoiada por 18 organizações – ONGs ambientalistas, organizações de produtores orgânicos de pequena escala, partidos políticos verdes e da esquerda.

O referendo ocorrerá provavelmente no começo de 2012, e AT Suíça está preparando uma forte campanha para convencer a maioria dos votantes. Independente de qual seja o resultado final, esta campanha já é um sucesso devido a que já logrou colocar o tema em um debate central, com um forte seguimento dos meios de comunicação. Ademais, seja qual seja a decisão dos votantes, o Governo e o Parlamento deverão previamente tomar posição. De acordo com as discussões que estão se dando, é provável que a lei atual seja modificada e melhorada como consequência desta iniciativa. A aprovação de todas as nossas demandas não será fácil de conseguir, entretanto o tema definitivamente será largamente disputado no contexto suíço por vários anos, especialmente devido às eleições nacionais ocorrerem em 2011.

Este tipo de ação pode parecer bastante distante das típicas lutas de base comunitária que ocorrem no hemisfério sul. Efetivamente, a briga liderada por AT Suíça, em uma sociedade altamente individualista e rica, ocorre em um nível institucional e comunicacional. Entretanto, seu objetivo é de fazer a defesa das comunidades rurais – e eventualmente de toda a população – contra interesses que querem manter a sociedade no caminho do desenvolvimento insustentável enquanto destroem a natureza e a cultura. Trata-se absolutamente da preservação da diversidade natural e cultural, fazendo valer uma economia e um estilo de vida baseados na comunidade e ambientalmente amigáveis, para salvar um bem comum, que é necessariamente limitado, para seu uso racional para as futuras gerações.

Na Pro Natura-AT Suíça estamos felizes e orgulhosos, já que a população suíça está escutando-nos, e apostamos que ao final eles e elas nos darão razão.

conclusões

Viver o direito a Soberania Alimentar sem pensar na Biodiversidade é praticamente impossível. Trabalhar pela soberania alimentar implica que cada pessoa, família, comunidade, organização, movimento, governo e região deve aprender sobre o ecossistema onde atua e se relaciona, no qual pode encontrar uma generosa fonte de vida que lhe provê alimento, remédios, proteção e bem estar. Mas esta interação implica também um compromisso por parte não só da comunidade, se não também dos Governos para garantir as políticas que beneficiem de forma real a seus habitantes e aos bens naturais de cada país.

Na maioria dos países, existe legislação que, bem aplicada, pode assegurar uma convivência sustentável com a biodiversidade. Lamentavelmente, se repete uma e outra vez o descumprimento de leis, convênios, acordos (nacionais e internacionais) que não favorecem esta convivência, atentando contra a cultura popular e seu direito a soberania alimentar. Afortunadamente, em espaços com realidades diversas existem organizações e movimentos que promovem a defesa do território para assegurar espaços para fortalecer sua cultura, cultivar alimentos tradicionais e organizar-se para um futuro sustentável.

Quando experimentamos a perda/falta de soberania alimentar consideramos que não somos capazes de produzir ou buscar alternativas de intercâmbio, recuperar ou substituir os produtos que utilizamos diariamente. Isto se agrava diante da necessidade de obter dinheiro em um mundo onde a educação, a saúde, a moradia e a assistência técnica governamental não estão desenhadas ou orientadas para melhorar as condições de vida nem fortalecer a economia campesino-indígena, se não que se encontram cada vez mais a mercê de mecanismos capitalistas de mercado. É por isso que muitas famílias se vêem obrigadas a vender sua colheita, seu sustento, para poder desta forma pagar serviços que correspondem ao governo prestar; mas também existem necessidades criadas, pouco essenciais para a sobrevivência, como a comunicação celular desmedida, a comida rápida, os agroquímicos, e uma série de produtos que em boa dose poderiam suprir com a produção familiar e uma melhor relação com a comunidade, a natureza e a terra.

Entretanto, desde diversos territórios de todo o mundo, nos chegam boas notícias de trabalho e luta por parte de pessoas, famílias, comunidades, organizações e movimentos que dia a dia vivem a soberania alimentar em sua realidade específica. Estas experiências significam que quem as leva adiante não só tem desenvolvido um vínculo com a biodiversidade que nos rodeia, se não também com as pessoas que dependem desta diversidade, já que pensar em soberania alimentar implica estar consciente das necessidades dos (as) demais, pensar e realizar ações que beneficiem a todos (as) de maneira justa e equitativa, promover um real desenvolvimento sustentável onde não tem espaço as indústrias extrativas e demais megaprojetos de grandes contradições éticas e práticas.

Um dos desafios para alcançar a soberania alimentar é o

fortalecimento da economia local comunitária. Na Colômbia, a associação Agrovida nos conta sua experiência de melhoria das condições econômicas mediante uma proposta prática de mercado comunitário, onde a análise do modelo econômico imperante lhes permite gerar uma alegre alternativa para fortalecer sua economia local. Nesta luta, as comunidades soberanas são capazes de construir e melhorar suas próprias formas de comércio e confiança que permitem estreitar os laços comunitários e econômicos que os unem. Divulgar e fortalecer esta proposta é possível na medida em que participam e incidem nos meios de comunicação local, realizam ações persistentes e inovadoras que permitem ter acesso a alimentos e produtos locais, que ademais de satisfazer necessidades específicas segundo seus costumes, fortalecem sua confiança sem imposições de sabores, formas, odores e cores.

A disponibilidade de alimentos diversos em um mercado local depende em grande medida da diversidade de sementes autóctones que existam na região. O avanço dos monocultivos, das fábricas processadoras, das integradoras e dos grandes projetos urbanos, que de alguma maneira se desenvolvem sob incentivos governamentais ou no pior dos casos pela aplicação das leis de uma maneira deficiente ou conveniente, ameaçam a preservação e a continuidade da biodiversidade. Para as comunidades situadas em países de superfícies pequenas, tal é o caso de El Salvador e Suíça, o desenvolvimento de projetos agroindustriais e urbanos põe em risco não somente seus lugares de recreação, se não também sua cultura, a produção de alimentos para o autoconsumo, as espécies endêmicas e aos bens naturais para a sobrevivência.

A experiência salvadorenha do grupo "Los Cuzcatlecos" nos mostra a maneira em que seus integrantes têm valorizado as sementes como parte fundamental da vida, divulgando como esta joga um papel fundamental na soberania alimentar: junto com a terra, a água e o conhecimento constituem a chave para a sobrevivência. A proteção das sementes diante das ameaças do mercado é essencial nos processos de comércio e trocas comunitárias onde a semente não é vista como mercadoria, se não como um elemento para a prolongação da vida. Como "Los Cuzcatlecos", muitas comunidades se vêem ameaçadas diante do avanço de tecnologias e organismos modificados (em nível genético e agora diante da ameaça de um nível sintético), cuja produção põe em grave perigo zonas de origem de cultivo, o que nos convida a conhecer a procedência de nossos alimentos e a legislação que gira em torno destes bens... e também a reagir diante destas ameaças. Só assim poderemos impulsionar ações comunitárias e nacionais que permitam a proteção da biodiversidade e garanta nossa soberania alimentar, acima da produção agroindustrial para a exportação, como é o caso de El Salvador.

Tanto a população salvadorenha como a suíça, com seus muitos distintos contextos, dependem da importação de alimentos. Amigos da Terra Suíça, com a experiência que compartilham

nesta publicação, reforça nossa proposta de impulsionar ações legais que favoreçam condições para a soberania alimentar, mas de que individualmente se disponha dos meios econômicos (na maioria da população) para abastecer-se de alimentos, e que permitam uma convivência com a biodiversidade de maneira sustentável: as consultas populares. Este tipo de consultas tem demonstrado ser uma declaração contundente de defesa do território e da biodiversidade que existe. Quanto mais forte é o vínculo entre a pessoa e o território, maior é a alegria e a identificação com o trabalho realizado no campo, como o demonstra a experiência vivida por uma família na Guatemala.

A agroecologia como técnica de produção de alimentos, de mãos com a formação política, demonstra que existe um modelo de desenvolvimento alternativo onde a mãe terra tem um lugar importante e se promove a equidade de direitos entre homens e mulheres. Esta vivência também é uma realidade para muitas famílias argentinas que, além de produzir alimentos agroecologicamente, difundem suas experiências envolvendo-se em programas de rádio e campanhas sobre o aproveitamento sustentável da floresta nativa. Esta idéia aparece também na experiência das comunidades de Sonafuca, na Costa Rica, para abastecer os mercados locais, enquanto trabalham pelo reconhecimento do direito comunitário, o qual, com toda a população empoderada em seus princípios, dirige o caminho para que os estados gerem alianças com a população que lhes permita garantir e proteger os bens naturais do território no qual habitam. Estas alianças são importantes, já que garantem que comunidades inteiras possam permanecer em ecossistemas que lhes tem brindado os meios para sua soberania alimentar por milhares de anos. Quando os Governos permitem que entidades alheias ao território "invistam" na "proteção e gestão" de zonas específicas, se corre o risco de que povos inteiros sejam privados de seu sustento e modo de vida.

Amigos da Terra Indonésia (Ásia) oferece uma análise bastante crítica da forma em que algumas entidades conservacionistas fazem uso de áreas onde historicamente tem existido um vínculo profundo entre humanos e biodiversidade. A partir disto, a experiência de luta que nos apresentam se dá através de entender ao ecossistema como parte fundamental da soberania alimentar da população local e através disto, compilar, compartilhar e promover diante do Governo os sistemas locais de manejo do território e da biodiversidade.

Mesmo que em distintos países os modelos de conservação têm sido tão mal interpretados ou aplicados, ao ponto de afetar as populações originárias que coabitam no ecossistema, em outras regiões outras comunidades também se encontram gerando lutas em torno da expansão de monocultivos e o roubo de terras por parte de empresas de capital privado, como sucede na produção de palma africana em Uganda. Nesta experiência se discute o grande problema que significa enfrentar empresas que contam com o apoio estatal para introduzir sistemas de produção de cultivos que não somente ocupam espaços destinados para

a produção local, se não que também contaminam a água, modifica drasticamente a paisagem e fazem desaparecer zonas de vida inteiras. Se torna imprescindível conhecer a problemática, analisar-la, discutir-la e tiver presente que os habitantes locais devem estar por cima de qualquer iniciativa que ponha em risco sua vida e soberania; é aqui onde Amigos da Terra Uganda está atuando, mediante a sensibilização e empoderamento das comunidades, para enfrentar estas empresas.

Diante da mesma problemática, AT Nigéria também nos partilha a experiência de luta e denuncia que tem desenvolvido em torno da implementação de monocultivos de árvores; neste caso, a valorizar positivamente o papel das mulheres, em torno de sua interação e entendimento da biodiversidade, resultou num fator de êxito para frear esta expansão.

Por último, como habitantes de cidades e consumidores também temos de sentir-mo-nos convidados a buscar a soberania alimentar mediante diversas ações. Em países como E.E.U.U., onde quase desapareceu o setor campesino tradicional, onde a agricultura utiliza tecnologia de ponta e a transgenia da agricultura está na ordem do dia. Ações como a rotulação de produtos livres de modificações genéticas podem fazer uma diferença diante do fortalecimento dos mercados locais, da preservação de variedades autóctones e o freio ao negócio global dos alimentos nas mãos de poucas empresas.

As experiências que aqui apresentamos podem dar-nos um panorama bastante distinto de como a biodiversidade está sendo afetada e, por conseguinte nossa soberania alimentar, mas como povos diversos se organizam e dão marcha a ações até um presente e futuro sustentável.



www.foei.org